

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Interessado:** Fundação Municipal para Educação Comunitária - FUMEC - **Objeto:** Execução de Obras de Construção de Unidade Educacional - FUMEC - descentralizada EJA CASI Campo Belo. - Campinas/S.P. - **Entrega dos Envelopes e Sessão Pública:** 04/07/2022 às 10h - **Disponibilidade do Edital:** a partir de 09/06/2022, no portal eletrônico <https://www.fumec.sp.gov.br/licitacoes>. Esclarecimentos adicionais pelos telefones (19) 3519-4300.

Campinas, 08 de junho de 2022

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**  
FUMEC

**SECRETARIA DE FINANÇAS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**JUNTA DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - JRT**

**JUNTA DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - 3ª CÂMARA JULGADORA - SESSÃO DE 08/06/2022 (REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA - PORTARIA MUNICIPAL SMF Nº 01/2020)**

**01) PROCESSO 2014/03/30302**

**Interessado(a):** DUAS ANAS NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

**Advogado(a):** Ana Carolina Scopin Charnet - OAB/SP 208.989

**Tributo/Assunto:** IPTU e Taxa de Lixo - Impugnação do Lançamento

**Código Cartográfico Nº:** 3242.63.81.0313.00000

**Recurso Voluntário:** Processo 2015/10/55736

**Relator(a):** Carlos Eduardo de Oliveira

**EMENTA:** RECURSO VOLUNTÁRIO - IPTU - EXERCÍCIOS DE 2011 A 2013 (REEMISSÃO EM NOVEMBRO DE 2014) - LANÇAMENTO - IMÓVEL NÃO INCLUÍDO NA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV) - BASE DE CÁLCULO FIXADA PELA MUNICIPALIDADE POR MEIO DE ATO ADMINISTRATIVO - POSSIBILIDADE - AVALIAÇÃO CONCRETA DO VALOR VENAL REALIZADA SEGUNDO A METODOLOGIA PREVISTA PELA LEGISLAÇÃO LOCAL - ALTERAÇÃO DE CRITÉRIO JURÍDICO - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - TAXA DE LIXO EXERCÍCIO DE 2013 (REEMISSÃO EM NOVEMBRO DE 2014) - ILEGALIDADE INEXISTENTE - INCONSTITUCIONALIDADE - ARTIGO 88 DA LEI MUNICIPAL 13.104/2007 - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**Decisão:** Após a leitura de relatório e voto do relator, os integrantes da 3ª Câmara decidiram, por unanimidade de votos, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, mantendo incólume a r. decisão de primeira instância administrativa, publicada no DOM de 07/10/2015, que corroborou o lançamento do IPTU, exercícios 2011 a 2013 (remissão em novembro de 2014) e Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Lixo, exercício 2013 (remissão em novembro de 2014), incidentes sobre o sobre o imóvel cadastrado no código cartográfico nº. 3242.63.81.0313.00000, prejudicada a análise da alegação de inconstitucionalidade da taxa, nos termos dos artigos 88 e 89 da Lei Municipal 13.104/2007.

**02) PROCESSO 2014/03/30306**

**Interessado(a):** DUAS ANAS NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

**Advogado(a):** Ana Carolina Scopin Charnet - OAB/SP 208.989

**Tributo/Assunto:** IPTU e Taxa de Lixo - Impugnação do Lançamento

**Código Cartográfico Nº:** 3244.22.88.0162.00000

**Recurso Voluntário:** Processo 2015/10/55842

**Relator(a):** Paulo Cesar Adami

**EMENTA:** RECURSO VOLUNTÁRIO - IPTU - EXERCÍCIOS DE 2011 A 2013 (REEMISSÃO EM NOVEMBRO DE 2014) - LANÇAMENTO - IMÓVEL NÃO INCLUÍDO NA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV) - BASE DE CÁLCULO FIXADA PELA MUNICIPALIDADE POR MEIO DE ATO ADMINISTRATIVO - POSSIBILIDADE - AVALIAÇÃO CONCRETA DO VALOR VENAL REALIZADA SEGUNDO A METODOLOGIA PREVISTA PELA LEGISLAÇÃO LOCAL - ALTERAÇÃO DE CRITÉRIO JURÍDICO - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - TAXA DE LIXO EXERCÍCIO DE 2013 (REEMISSÃO EM NOVEMBRO DE 2014) - ILEGALIDADE INEXISTENTE - INCONSTITUCIONALIDADE - ARTIGO 88 DA LEI MUNICIPAL 13.104/2007 - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**Decisão:** Após a leitura de relatório e voto do relator, os integrantes da 3ª Câmara decidiram, por unanimidade de votos, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, mantendo incólume a r. decisão de primeira instância administrativa, publicada no DOM de 07/10/2015, que corroborou o lançamento do IPTU, exercícios 2011 a 2013 (remissão em novembro de 2014) e Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Lixo, exercício 2013 (remissão em novembro de 2014), incidentes sobre o sobre o imóvel cadastrado no código cartográfico nº. 3244.22.88.0162.00000, prejudicada a análise da alegação de inconstitucionalidade da taxa, nos termos dos artigos 88 e 89 da Lei Municipal 13.104/2007.

**03) PROCESSO 2014/03/30309**

**Interessado(a):** DUAS ANAS NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

**Advogado(a):** Ana Carolina Scopin Charnet - OAB/SP 208.989

**Tributo/Assunto:** IPTU e Taxa de Lixo - Impugnação do Lançamento

**Código Cartográfico Nº:** 3242.63.46.1772.00000

**Recurso Voluntário:** Processo 2015/10/55738

**Relator(a):** André dos Santos Mattos Almeida

**EMENTA:** RECURSO VOLUNTÁRIO - IPTU - EXERCÍCIOS DE 2011 A 2013 (REEMISSÃO EM NOVEMBRO DE 2014) - LANÇAMENTO - IMÓVEL NÃO INCLUÍDO NA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV) - BASE DE CÁLCULO FIXADA PELA MUNICIPALIDADE POR MEIO DE ATO ADMINISTRATIVO - POSSIBILIDADE - AVALIAÇÃO CONCRETA DO VALOR VENAL REALIZADA SEGUNDO A METODOLOGIA PREVISTA PELA LEGISLAÇÃO LOCAL - ALTERAÇÃO DE CRITÉRIO JURÍDICO - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE -

**TAXA DE LIXO EXERCÍCIO DE 2013 (REEMISSÃO EM NOVEMBRO DE 2014) - ILEGALIDADE INEXISTENTE - INCONSTITUCIONALIDADE - ARTIGO 88 DA LEI MUNICIPAL 13.104/2007 - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.**

**Decisão:** Após a leitura de relatório e voto do relator, os integrantes da 3ª Câmara decidiram, por unanimidade de votos, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, mantendo incólume a r. decisão de primeira instância administrativa, publicada no DOM de 07/10/2015, que corroborou o lançamento do IPTU, exercícios 2011 a 2013 (remissão em novembro de 2014) e Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Lixo, exercício 2013 (remissão em novembro de 2014), incidentes sobre o sobre o imóvel cadastrado no código cartográfico nº. 3242.63.46.1772.00000, prejudicada a análise da alegação de inconstitucionalidade da taxa, nos termos dos artigos 88 e 89 da Lei Municipal 13.104/2007.

**04) PROCESSO 2014/03/30310**

**Interessado(a):** DUAS ANAS NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

**Advogado(a):** Ana Carolina Scopin Charnet - OAB/SP 208.989

**Tributo/Assunto:** IPTU e Taxa de Lixo - Impugnação do Lançamento

**Código Cartográfico Nº:** 3242.63.46.0684.00000

**Recurso Voluntário:** Processo 2015/10/55728

**Relator(a):** Brenno Menezes Soares

**EMENTA:** RECURSO VOLUNTÁRIO - IPTU - EXERCÍCIOS DE 2011 A 2013 (REEMISSÃO EM NOVEMBRO DE 2014) - LANÇAMENTO - IMÓVEL NÃO INCLUÍDO NA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV) - BASE DE CÁLCULO FIXADA PELA MUNICIPALIDADE POR MEIO DE ATO ADMINISTRATIVO - POSSIBILIDADE - AVALIAÇÃO CONCRETA DO VALOR VENAL REALIZADA SEGUNDO A METODOLOGIA PREVISTA PELA LEGISLAÇÃO LOCAL - ALTERAÇÃO DE CRITÉRIO JURÍDICO - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - TAXA DE LIXO EXERCÍCIO DE 2013 (REEMISSÃO EM NOVEMBRO DE 2014) - ILEGALIDADE INEXISTENTE - INCONSTITUCIONALIDADE - ARTIGO 88 DA LEI MUNICIPAL 13.104/2007 - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**Decisão:** Após a leitura de relatório e voto do relator, os integrantes da 3ª Câmara decidiram, por unanimidade de votos, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, mantendo incólume a r. decisão de primeira instância administrativa, publicada no DOM de 07/10/2015, que corroborou o lançamento do IPTU, exercícios 2011 a 2013 (remissão em novembro de 2014) e Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Lixo, exercício 2013 (remissão em novembro de 2014), incidentes sobre o sobre o imóvel cadastrado no código cartográfico nº. 3242.63.46.0684.00000, prejudicada a análise da alegação de inconstitucionalidade da taxa, nos termos dos artigos 88 e 89 da Lei Municipal 13.104/2007.

**05) PROCESSO 2014/03/30345**

**Interessado(a):** DUAS ANAS NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

**Advogado(a):** Ana Carolina Scopin Charnet - OAB/SP 208.989

**Tributo/Assunto:** IPTU e Taxa de Lixo - Impugnação do Lançamento

**Código Cartográfico Nº:** 3242.63.46.0535.00000

**Recurso Voluntário:** Processo 2015/10/55768

**Relator(a):** José Antonio Khattar

**EMENTA:** RECURSO VOLUNTÁRIO - IPTU - EXERCÍCIOS DE 2011 A 2013 (REEMISSÃO EM NOVEMBRO DE 2014) - LANÇAMENTO - IMÓVEL NÃO INCLUÍDO NA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV) - BASE DE CÁLCULO FIXADA PELA MUNICIPALIDADE POR MEIO DE ATO ADMINISTRATIVO - POSSIBILIDADE - AVALIAÇÃO CONCRETA DO VALOR VENAL REALIZADA SEGUNDO A METODOLOGIA PREVISTA PELA LEGISLAÇÃO LOCAL - ALTERAÇÃO DE CRITÉRIO JURÍDICO - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - TAXA DE LIXO EXERCÍCIO DE 2013 (REEMISSÃO EM NOVEMBRO DE 2014) - ILEGALIDADE INEXISTENTE - INCONSTITUCIONALIDADE - ARTIGO 88 DA LEI MUNICIPAL 13.104/2007 - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**Decisão:** Após a leitura de relatório e voto do relator, os integrantes da 3ª Câmara decidiram, por unanimidade de votos, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, mantendo incólume a r. decisão de primeira instância administrativa, publicada no DOM de 07/10/2015, que corroborou o lançamento do IPTU, exercícios 2011 a 2013 (remissão em novembro de 2014) e Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Lixo, exercício 2013 (remissão em novembro de 2014), incidentes sobre o sobre o imóvel cadastrado no código cartográfico nº. 3242.63.46.0535.00000, prejudicada a análise da alegação de inconstitucionalidade da taxa, nos termos dos artigos 88 e 89 da Lei Municipal 13.104/2007.

**06) PROCESSO 2014/03/30346**

**Interessado(a):** DUAS ANAS NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

**Advogado(a):** Ana Carolina Scopin Charnet - OAB/SP 208.989

**Tributo/Assunto:** IPTU e Taxa de Lixo - Impugnação do Lançamento

**Código Cartográfico Nº:** 3244.31.98.2658.00000

**Recurso Voluntário:** Processo 2015/10/55817

**Relator(a):** Brenno Menezes Soares

**EMENTA:** RECURSO VOLUNTÁRIO - IPTU - EXERCÍCIOS DE 2011 A 2013 (REEMISSÃO EM NOVEMBRO DE 2014) - LANÇAMENTO - IMÓVEL NÃO INCLUÍDO NA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV) - BASE DE CÁLCULO FIXADA PELA MUNICIPALIDADE POR MEIO DE ATO ADMINISTRATIVO - POSSIBILIDADE - AVALIAÇÃO CONCRETA DO VALOR VENAL REALIZADA SEGUNDO A METODOLOGIA PREVISTA PELA LEGISLAÇÃO LOCAL - ALTERAÇÃO DE CRITÉRIO JURÍDICO - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - TAXA DE LIXO EXERCÍCIO DE 2013 (REEMISSÃO EM NOVEMBRO DE 2014) - ILEGALIDADE INEXISTENTE - INCONSTITUCIONALIDADE - ARTIGO 88 DA LEI MUNICIPAL 13.104/2007 - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

**Decisão:** Após a leitura de relatório e voto do relator, os integrantes da 3ª Câmara decidiram, por unanimidade de votos, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, mantendo incólume a r. decisão de primeira instância administrativa, publicada no DOM de 07/10/2015, que corroborou o lançamento do IPTU, exercícios 2011 a 2013 (remissão em novembro de 2014) e Taxa de Coleta, Remoção e Destinação de Lixo, exercício 2013 (remissão em novembro de 2014), incidentes sobre o sobre o imóvel cadastrado no código cartográfico nº. 3244.31.98.2658.00000,